

Senado aprova três MPs, mas pauta continua trancada

Compensação a estado exportador, gratificações em agências e recursos para órgãos públicos estão entre as matérias acolhidas. **Página 2**

CPI PEDE INDICIAMENTO DE 115



O relatório de Serraglio chega à CPI dos Correios: resultado de dez meses de investigação

1

Relatório final lido por Osmar Serraglio avalia em R\$ 2 bilhões a movimentação financeira do valerioduto – esquema operado pelo empresário Marcos Valério – no período de janeiro de 1997 a agosto de 2005.

2

Além de reafirmar acusações a 19 deputados por envolvimento com o mensalão, relatório sugere indiciamento de um senador por crime eleitoral e de ex-dirigentes de empresas estatais por corrupção.

3

Governistas e opositores já descartam a possibilidade de apresentar relatório paralelo. A idéia agora é tentar mudar o documento com emendas supressivas e aditivas, a partir de terça-feira.

Páginas 3 a 5



Parlamentares iniciam a leitura do documento em que Serraglio (E) faz um raio X do valerioduto, esquema que movimentou R\$ 2 bi



Gerardo Magela

Delcídio Amaral fala à CPI dos Correios: "Hoje, começamos a escrever um capítulo importante da história política do país"



José Cruz

Acordo permitiu ontem a votação do PLV sobre a gestão das agências reguladoras, da MP que abre crédito orçamentário e da que autoriza compensação para estados

Plenário aprova três MPs, mas continua com a pauta trancada

O Senado aprovou ontem duas medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei de conversão, mas continua com a pauta trancada por seis MPs. O projeto originado da Medida Provisória 269/05 reestrutura agências reguladoras e cria cargos efetivos na administração pública. A MP 270/05 abre crédito extraordinário no Orçamento de R\$ 825,9 milhões. Já a MP 271/05 autoriza a União a repassar mais R\$ 900 milhões para os estados, Distrito Federal e municípios a título de compensação por prejuízos com as exportações.

Além de criar o corpo funcional da recém-instalada Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o projeto de lei de conversão aumenta as gratificações dos servidores de agências reguladoras e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Institui também cargos efetivos no Itamaraty, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Na semana passada, a falta de acordo entre as lideranças havia impedido a votação da matéria, mas diversas emendas apresentadas pela relatora-revisora de Plenário, senadora Fátima Cleide (PT-RO), na sessão de ontem, viabilizaram a aprovação. O projeto volta à apreciação da

Câmara dos Deputados.

Foi retirada do texto do PLV a fixação da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), relativa ao poder de polícia decorrente das atividades de fiscalização da Anac sobre as companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços aéreos em geral. Também foi suprimida a criação de diversos cargos em comissão (de livre provimento) para o Executivo e reduzido de 400 para 105 o número de cargos criados para a carreira de diplomata no Ministério das Relações Exteriores.

Outras modificações no texto do PLV foram a alteração de 360 para 180 dias no prazo para o Executivo enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei sobre a nova estrutura de remuneração dos servidores públicos federais das agências reguladoras e a extensão do aumento das gratificações aos servidores cedidos para as agências.

Crédito

Os R\$ 825,9 milhões do crédito extraordinário aberto pela MP 270/05 serão assim distribuídos: R\$ 208 milhões para a Câmara dos Deputados, R\$ 155 milhões para o Senado, R\$ 62 milhões para a Presidência da República (para ações de aceleração de aprendizagem do programa Pro-Jovem), R\$ 70 milhões para o Ministério da Integração Nacional (para implementação de sistema de abastecimento de água em

Maceió) e R\$ 200 milhões para o Ministério da Fazenda pagar ao Serpro por serviços de informática prestados à Receita Federal. A MP também transfere R\$ 130 milhões para o estado de Mato Grosso, atendendo passivos da União e despesas com servidores inativos e pensionistas. A matéria vai à promulgação.

Repasse

A MP 271/05 prevê o repasse de R\$ 900 milhões para compensação aos estados que perdem arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por conta da desoneração das exportações proporcionada pela chamada Lei Kandir. Em 2005, foram distribuídos pela União R\$ 900 milhões, em parcelas mensais. A MP 271 dobrou o repasse, com duas parcelas de R\$ 450 milhões em dezembro de 2005 e janeiro de 2006. A medida provisória também vai à promulgação.

Os estados ficam com 75% do montante destinado pela MP, e os municípios, com 25%. O estado de São Paulo é o principal beneficiado, com 21,3% do total, seguido por Minas Gerais, com 10,5%; Paraná, com 9,5%; e Rio Grande do Sul, com 9,1%.

– Trata-se de matéria que resultou de consenso, cuja implementação era ansiosamente esperada pelos estados da Federação – diz o relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Tourinho endossa preocupações dos municípios com Fundeb

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) comentou as críticas da Confederação Nacional dos Municípios ao projeto de lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), já aprovado, com alterações, pela Câmara e em tramitação no Senado. Endossando o pleito dos municípios, o senador defendeu a fixação de coeficientes de repartição do fundo distintos para a educação infantil (creches e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio.

– Um desequilíbrio entre essas três áreas pode acarretar queda na qualidade do ensino – ponderou.

Outro receio assinalado por Tourinho é de que os recursos in-



Roosevelt Fimheiro

Tourinho defende coeficientes distintos do Fundeb para cada nível de educação

jetados por estados e municípios no fundo sejam redistribuídos com peso diferenciado por aluno. Os municípios também se queixam de que passarão a financiar o ensino médio (responsabilidade atual dos estados), mas não poderão oferecer vagas nesse nível.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Relatório dos Correios deve ser tema de discursos

Às 14h, o Plenário reúne-se para novamente analisar medidas provisórias e projetos de conversão que trancam a pauta de votações. Entre eles, MPs que liberam verbas do Orçamento para a recuperação de estradas e para ajudar pecuaristas que tiveram o gado atingido pelo surto da febre aftosa. Já os discursos dos senadores devem refletir as conclusões finais da CPI dos Correios, apresentadas ontem.

CRE vota acordos internacionais

Com reunião prevista para as 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa projetos de decretos legislativos que aprovam acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro. Estão em pauta acordos com a Argentina, para a cooperação no combate ao tráfico de armas, e com o Chile e a Bolívia, para assistência jurídica gratuita entre os países do Mercosul.

CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos marcou para as 10h de hoje a reunião administrativa para definir os rumos da investigação. Continua a discussão sobre a suspensão, pela Justiça, da acareação entre Paulo Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau.

Documento na Internet

Os dois volumes do relatório da CPI dos Correios podem ser acessados pelos endereços www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/RelFinalCPMICorreios_Vol1.pdf e www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/RelFinalCPMICorreios_Vol2.pdf.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Augusto Botelho, Magno Malta, Paulo Paim e Mão Santa

O Brasil deve adotar com urgência os mecanismos de países que conseguiram reduzir a corrupção, segundo conclusões do relatório final de Osmar Serraglio

Movimentação do valerioduto pode chegar a R\$ 2 bilhões

O relatório final da comissão apresentado ontem, e que será votado no próximo dia 4, divide-se em três volumes e tem mais de mil páginas. No texto, consta que a movimentação financeira do valerioduto totalizou cerca de R\$ 2 bilhões no período de janeiro de 1997 a agosto de 2005, e que o rastreamento de contas correntes e transferências financeiras evidenciou ramificações bancárias no exterior, a exemplo da identificação da conta Dusseldorf, de Duda Mendonça.

A documento destaca que a base de dados da CPI Mista dos Correios foi abastecida, ao longo dos últimos nove meses, com mais de 20 milhões de registros bancários e 33,8 milhões de registros telefônicos. A comissão também analisou mais de 68 mil contratos que teriam sido assinados entre os Correios, o Banco do Brasil e agências de publicidade.

—A CPI dos Correios debruçou-se sobre extensa base de dados, talvez a maior já analisada em investigações dessa natureza pelo Congresso Nacional — destaca Osmar Serraglio.

Documento propõe Sistema Nacional de Combate à Corrupção

Segundo o relatório de Osmar Serraglio, o Brasil tem que adotar com urgência os mecanismos de países que conseguiram reduzir a corrupção, a começar por uma mudança na legislação para permitir uma troca de informações básicas sobre pessoas ou empresas investigadas entre a Receita Federal e o Banco Central e outros órgãos de controle. O documento foi preparado pelo sub-relator de Normas e Combate à Corrupção, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS).

Depois de ouvir especialistas e examinar a legislação de vários países, o relatório da CPI dos Correios propõe a criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção (SNCC). O órgão seria administrado pelo Tribunal de Contas da União, com a participação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que seria transformado em uma agência de inteligência financeira. Integrariam ainda o sistema outros órgãos de controle e fiscalização, como a Comissão

O deputado assinala que a comissão de inquérito contou com a colaboração de diversas entidades, ao citar que uma das cinco sub-relatorias do colegiado, a de Fundos de Pensão, recebeu informações sobre mais de 11,3 milhões de registros de operações financeiras fornecidas pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), além de 70 mil dados encaminhados pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

O relatório também informa que a CPI e as sub-relatorias realizaram 159 reuniões e apresentaram 1.602 requerimentos, dos quais 1.186 (74% do total) foram aprovados no plenário da comissão. A maioria desses requerimentos esteve relacionada à quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de empresas e à convocação de depoentes investigados por suspeitas de corrupção.

Dos cerca de 4.630 documentos analisados pela comissão, cerca de 3.048 eram de caráter sigiloso, entre eles os dados bancários, telefônicos e fiscais de 14 fundos de pensão, 31 corretoras e milhares de pessoas físicas e jurídicas.

de Valores Mobiliários, o Banco Central, a Receita Federal, a Controladoria Geral da União e a Advocacia Geral da União.

O relatório sustenta que as punições por corrupção no Brasil são extremamente brandas. Serraglio recomenda ainda que seja criada no Congresso uma Comissão Mista de Combate à Corrupção e que o governo reduza o número de servidores que podem ser contratados sem concurso público para ocupar cargos de chefia.

Outras propostas: limitação dos gastos dos governos com publicidade e mudança na legislação para que os órgãos fiscalizadores da previdência complementar possam também investigar diretamente as operações financeiras realizadas com dinheiro dos planos. O relator sugere ainda a criação de um Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público, que defenderia servidores públicos ou empregados de empresas que informassem irregularidades aos poderes públicos.



Na reunião presidida por Delcídio Amaral, Osmar Serraglio lê o relatório final que confirma mensalão e desvenda valerioduto

Relatório da CPI dos Correios pede o indiciamento de 115 pessoas

O relatório final da CPI dos Correios, apresentado ontem pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), pede nominalmente o indiciamento de 115 pessoas, entre elas os pivôs iniciais do escândalo de corrupção na estatal: o ex-deputado Roberto Jefferson, por crime eleitoral, crime contra a ordem tributária e corrupção passiva; e o ex-funcionário Maurício Marinho, por corrupção passiva. O relator solicita ainda que o Ministério Público investigue 19 supostos envolvidos com irregularidades na empresa.

Quanto às irregularidades nas licitações dos Correios para a Rede Postal Noturna, o relator pede o indiciamento dos ex-presidentes da estatal Hassan Gebrin, Egydio Bianchi e João Henrique de Almeida, por improbidade administrativa, além de nove ex-diretores e funcionários da estatal e de 12 donos e empregados de empresas de transporte aéreo.

Quanto a irregularidades nas franquias da estatal, o relatório solicita que seja indiciado, por improbidade administrativa, o ex-diretor comercial dos Correios Carlos Eduardo Fioravante da Costa. E, no que se refere a outros contratos, requer o indiciamento do ex-diretor regional no Pará Waldemir Ferreira Cardoso, por corrupção passiva, e de sete pessoas envolvidas na contratação da empresa Autotrac.

Valerioduto

O relatório também pede o indiciamento de 24 pessoas ligadas ao esquema do valerioduto. O empresário Marcos Valério é acusado de falsidade ideológica,

lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção ativa, supressão de documentos, fraude processual, crimes contra a ordem tributária, peculato e improbidade administrativa.

Como beneficiários do mensalão, Serraglio aponta os 18 nomes de deputados (sendo que três já deixaram a Câmara) conhecidos desde o ano passado e de 25 sacadores das contas de Marcos Valério, mas sem indicar explicitamente o indiciamento.

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, de acordo com o relator, cometeu crime eleitoral, além de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e peculato. José Genoíno, ex-presidente do PT, é acusado de falsidade ideológica, corrupção ativa e crime eleitoral. Ainda entre os antigos dirigentes do partido, o relatório solicita o indiciamento do ex-secretário-geral Silvio Pereira por tráfico de influência.

A prática de corrupção ativa é atribuída ao ex-ministro José Dirceu, enquanto outro ex-membro do Ministério de Lula, Luiz Gushiken, é acusado de tráfico de influência. Os nomes do ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb e do ex-diretor de Marketing Henrique Pizzolato constam da lista, respectivamente por condescendência criminosa e falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Os publicitários Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira, acusados de remeter ilegalmente recursos para o exterior, são enquadrados por sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e crimes con-

tra o sistema financeiro nacional e a ordem tributária.

Com relação aos empréstimos ao PSDB de Minas Gerais, por uso de caixa dois, o documento solicita o indiciamento do ex-candidato ao governo do estado em 1998 e atual senador Eduardo Azeredo, do vice-governador Clésio Andrade e do ex-tesoureiro Cláudio Mourão, todos por crime eleitoral.

Porque “forjou ou se valeu” da chamada “lista de Furnas”, é solicitado o indiciamento do lobista Nilton Monteiro.

Quanto a irregularidades cometidas pelo Instituto de Resseguros (IRB), Serraglio pede 12 indiciamentos. No caso dos fundos de pensão, 26 pessoas têm indiciamento solicitado, nos fundos Prece, Nucleos, Real Grandeza, Geap, Serpros, Portus, Refer, Postalis, Centrus e Fundef, além de 12 outros envolvidos e nove corretoras. Marcelo Sereno, ex-chefe de gabinete da Casa Civil, aparece como participante de operações prejudiciais a fundos.

Mensalão

O relatório reafirma a existência do mensalão (pagamento a parlamentares em troca de votos), conforme o próprio relator Osmar Serraglio já havia indicado em relatório parcial divulgado em setembro, juntamente com a CPI do Mensalão. o relator lembra que, apesar dos comentários nos corredores do Congresso sobre a prática da venda de votos por dinheiro, o termo só se consolidou quando o ex-deputado Roberto Jefferson o denunciou e batizou em junho de 2005.

Presidente da CPI pede equilíbrio na votação do relatório final, pois “desentendimentos podem levar à impunidade”. Já o relator diz ter cumprido sua missão



Delcídio faz um balanço dos trabalhos da comissão “mais acompanhada da história do Congresso” e palco de enfrentamentos políticos

Delcídio: comissão provocou mudanças em todos os Poderes

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ao iniciar ontem a reunião destinada à leitura do relatório final, fez um balanço sobre os dez meses de trabalho “da comissão mais acompanhada da história do Congresso”. Ele destacou que, mesmo com possíveis “idiosincrasias”, é impossível negar os resultados obtidos, com mudanças importantes em todos os Poderes da República.

– Hoje começamos a escrever um capítulo importante da história política do país – afirmou.

Para Delcídio, a comissão sempre se pautou pelo enfrentamento político, tendo travado muitos

debates. No entanto, o senador advertiu que o desentendimento entre os parlamentares e uma possível dificuldade em aprovar a peça final só podem levar à impunidade dos corruptores. “E ninguém aqui vai compactuar com a impunidade”, ressaltou. Ele pediu lucidez, equilíbrio e serenidade para votar o relatório e evitar um resultado “desastroso, como o das CPIs que nem sequer tiveram seus relatórios finais votados”.

O documento – que será analisado pelo Congresso, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal – também será avaliado pela sociedade, que, segundo Delcídio, vai julgar a classe política

nas próximas eleições.

– Os maiores prejudicados são o país e os cidadãos. E eles vão mostrar todo o seu descontentamento e frustração nas urnas – alertou o presidente da CPI.

Após a conclusão da leitura, foi concedida vista coletiva aos parlamentares até a próxima terça-feira, às 10h.

Antes de iniciar a reunião, o relator, deputado Osmar Serraglio, afirmou ter “cumprido seu dever” ao elaborar o relatório e disse esperar “corresponder às expectativas”. Ele admitiu ainda a possibilidade de vir a ser elaborado um relatório paralelo porque “ninguém é dono da verdade”.

Governistas e oposição descartam relatório paralelo

Parlamentares da base do governo e da oposição passaram a descartar a possibilidade da apresentação de um relatório paralelo à CPI dos Correios depois de uma reunião, ontem, do presidente da comissão, senador Delcídio Amaral, com líderes partidários e de bancadas. A idéia agora é tentar mudar o relatório do deputado Osmar Serraglio por meio de emendas supressivas e aditivas, a partir da próxima terça-feira, quando o texto entrará em discussão e votação.

– O clima de nuvens pesadas mudou. Todos concordaram que não se deve terminar a investigação sem um relatório final. A sociedade não quer isso. Vamos agora negociar, sem acirrar os ânimos – afirmou o presidente da comissão.

Para o relator-adjunto da CPI, deputado Maurício Rands (PT-PE), “quem agora jogar contra a aprovação do relatório estará jogando pela impunidade”. Já o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) sustentou, ainda durante a leitura do relató-

rio de Serraglio, que governo e oposição “devem dialogar” antes da apresentação de emendas.

– Vamos sentar e chegar a um acordo sobre os consensos e eles não serão objeto de mudanças.

O parlamentar entende que Serraglio “foi cuidadoso” ao tratar da citação do presidente Lula.

– Ele chegou ao que era possível e razoável, já que a CPI não investigou exaustivamente a participação do presidente Lula no episódio do mensalão – opinou.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) informaram que defenderão, em reunião do PSDB, a apresentação de emenda para responsabilizar o presidente da República pelo mensalão. Para eles, Lula foi alertado, “mas o pagamento aos deputados continuou”, conforme Antero de Barros. Alvaro Dias disse concordar com a decisão do relator de não citar o filho do presidente Lula, Fábio Luiz Lula da Silva, proprietário da empresa Gamecorp, “porque o caso não foi investigado pela CPI”.

Serraglio diz que responsabilidade de Lula é subjetiva

O relatório final da CPI dos Correios isenta o presidente Lula de “responsabilidade objetiva no conjunto de ações que se convencionou chamar de mensalão”.

Para o relator, deputado Osmar Serraglio, assim como não há evidências de que Lula se omitiu no caso, igualmente não poderia ser responsabilizado simplesmente por ocupar a chefia do Poder Executivo.

Serraglio, no entanto, observa que do presidente poderia ser cobrada “responsabilidade subjetiva”, uma vez que ele não teria dificuldades em perceber a “anormalidade” no processo de formação da maioria parlamentar.

A citação do presidente Lula baseou-se em afirmações feitas, entre outras fontes, pelo ex-deputado Roberto Jefferson, que diz ter falado ao presidente sobre o problema, e que Lula reagiu como se sentisse traído. Naquela ocasião, segundo Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – hoje presidente da Câmara –, Lula pediu a ele e ao deputado Arlindo Chinaglia que investigassem a denúncia.

Relator sugere indiciamento de Duda Mendonça

Após analisar a movimentação financeira no exterior do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia, Zilmar Fernandes, o deputado Osmar Serraglio sugeriu no relatório final da CPI dos Correios o indiciamento de ambos por sonegação fiscal, crime contra o sistema financeiro nacional, crime contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro.

O relator relata que a comissão de inquérito obteve provas de que parcela dos recursos do chamado valerioduto foi remetida ao exterior para saldar dívidas de campanha.

Serraglio enumera que, desde 2001, o PT teria pago R\$ 15,5 milhões ao publicitário, e contraído uma dívida de cerca de R\$ 14,3 milhões. O relator resigna-se a afirmar que a CPI não conseguiu identificar a origem desses recursos utilizados nos pagamentos, mas avalia a possível participação do empresário Marcos Valério como o mandante dos depósitos e reconhece a necessidade de aprofundamento das investigações sobre o caso.

Investigações já levaram à punição de 63 pessoas

No curso das investigações da CPI dos Correios, 63 pessoas foram punidas com afastamento, demissão ou cassação de seus cargos ou funções.

Foram cassados os deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ), José Dirceu (PT-SP) – que, antes de ser cassado, afastou-se da Casa Civil – e Pedro Corrêa (PP-PE). Sete deputados renunciaram e outros seis foram absolvidos em julgamentos na Câmara. Cinco processos ainda estão em andamento. O processo do deputado João Herrmann Netto (PDT-SP) foi arquivado.

Na Empresa de Correios e Telégrafos foram afastadas sete pessoas, entre as quais o então presidente da estatal, João Henrique

de Almeida Souza, e o então chefe do Departamento de Contratação, Maurício Marinho. Ele e outros dois afastados foram, em seguida, demitidos por justa causa.

No Banco do Brasil (BB) foram afastadas seis pessoas – encabeçadas pelo diretor de Marketing, Henrique Pizzolatto, e o diretor de Negócios e Relações com o Governo da Cobra (subsidiária do BB), Eduardo Armond.

No Ministério da Fazenda, foram afastados o então procurador da Fazenda Nacional e diretor do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, Glênio Guedes, e o chefe-de-gabinete do então ministro Antonio Palocci, Juscelino Dourado. O secretário de Comunicação da Presidência da

República, Luiz Gushiken (que já perdera o cargo de ministro da Comunicação e Gestão Estratégica), e um subsecretário também foram afastados. A CPI atingiu ainda o presidente do Instituto de Resseguros, Luiz Appolônio Neto (afastado); o presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron (demitido); o diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo Lima (afastado); o presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino (afastado); e o diretor de Engenharia de Furnas, Dimas Toledo (afastado).

No PT, o presidente José Genoino renunciou; o secretário-geral, Silvio Pereira, foi afastado; e o tesoureiro, Delúbio Soares, foi expulso. Outros quatro dirigentes foram afastados.

Arthur Virgílio aponta omissão do presidente



Virgílio destaca envolvimento de petistas com o mensalão

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou ontem que vai apresentar emenda ao relatório do deputado Osmar Serraglio na CPI dos Correios para apontar a omissão do presidente Lula no episódio do mensalão. Ele leu trechos do relatório, destacando pontos que evidenciariam o envolvimento de integrantes do PT e do governo Lula

com o pagamento de mesada para parlamentares da base governista, o mensalão.

Virgílio observa que o relatório menciona esse envolvimento e faz críticas a Lula. O senador salientou que, segundo o relator, “aqueles que dizem que nada sabem também são responsáveis pelas atitudes dos comandados”.

César Borges: PT pode tentar desqualificar documento



César Borges: são citados nomes ligados ao governo e o próprio Lula

Ao comentar em Plenário, ontem, o relatório final da CPI dos Correios, do deputado Osmar Serraglio, o senador César Borges (PFL-BA) manifestou o receio de que o PT tente desqualificar o documento. Ele justificou seu temor devido ao fato de o relatório citar os nomes de muitas pessoas ligadas ao governo federal e, inclusive, o do próprio presidente Lula.

Para o senador, o governo deverá usar em sua defesa a argumentação de que os pedidos de indiciamento foram motivados por interesses dos partidos da oposição, às vésperas de campanha eleitoral.

– Não queremos uma batalha campal partidária na CPI para tentar desqualificar esse relatório – disse.

ACM quer manual de funcionamento para CPIs



Idéia foi do próprio ministro Cesar Peluso, ressalta Antonio Carlos

Preocupado com a interferência do Judiciário no andamento dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), anunciou que já entrou em entendimento com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto

Antonio Busato, para criar um manual de funcionamento para as CPIs.

– Sei que terei o apoio do presidente do Senado e do próprio Supremo, uma vez que a idéia foi do próprio ministro Cesar Peluso – disse ACM, que também comemorou a apresentação do relatório da CPI dos Correios feita ontem.

Conforme Serraglio, ex-governador, Cláudio Mourão e Clésio Andrade podem ser enquadrados no Código Eleitoral por utilizar recursos sem prestar contas

Relatório sugere indiciamento de senador por crime eleitoral

Em seu relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios, o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), sugere o indiciamento por crime eleitoral do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), de Cláudio Mourão e de Clésio Andrade. A proposta do relator é que os três sejam enquadrados no artigo 350 do Código Eleitoral “pela utilização de recursos sem os devidos registros nas prestações de contas”. Mourão foi o coordenador da frustrada campanha (1998) para a reeleição do então governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, enquanto Clésio Andrade – atual vice-governador do estado – era o candidato a vice na chapa.

O relatório de Serraglio começa a análise do caso afirmando que a agência de publicidade SMP&B (do empresário Marcos Valério) tomou dois empréstimos no Banco Rural que, conforme admitiu Cláudio Mourão, foram destinados para a chapa Azeredo-Clésio. O relatório acrescenta que, em depoimento à CPI, Marcos Valério lamentou “ter levado um cano” do PSDB mineiro.

“Este é o caso que, por sua similitude, pode-se afirmar que serviu de portfólio para o ingresso de Marcos Valério nos meandros de engenharia que se fazia necessária para a construção de uma maioria parlamentar de um governo egresso das urnas sem esse apoio”,

afirma Serraglio, ao sugerir que as atividades de Valério em Minas Gerais serviram como um verdadeiro ensaio para os serviços que o empresário prestaria ao governo Lula a partir de 2003.

Serraglio destaca o comparecimento espontâneo de Azeredo à CPI dos Correios, quando este disse que o responsável pela movimentação financeira da campanha foi Cláudio Mourão e que “a responsabilidade da movimentação financeira era da coordenação da campanha”. Mas o relator cita a Lei 9.504/97, que especifica: “o candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha”.

Azeredo se diz indignado com proposta do relator

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) divulgou nota à imprensa, dizendo-se indignado com a menção do seu nome no relatório final da CPI dos Correios, elaborado pelo deputado Osmar Serraglio, que propõe seu indiciamento por crime eleitoral. O parlamentar considera que a inclusão do seu nome no relatório tem motivos “claramente políticos”.

Azeredo lembrou que quando surgiu a informação, durante os trabalhos da CPI, do recebimento de recursos provenientes de



Inclusão do seu nome teria motivos claramente políticos, afirma Azeredo

empréstimo obtido pelo empresário Marcos Valério para sua campanha a governador de Minas

Gerai, em 1998, ele explicou à comissão que não avalizou, autorizou ou assinou empréstimo nesse sentido. O senador acrescenta, na nota, que isso foi confirmado posteriormente pelo coordenador financeiro da campanha, Cláudio Mourão.

“Tanto foi assim, que o Conselho de Ética do Senado reconheceu os argumentos jurídicos e morais da questão e arquivou o processo”, afirma Azeredo na nota, acrescentando que o critério utilizado para citar seu nome foi “claramente político”.

Tião Viana afirma que não levou a Palocci suspeitas sobre caseiro

Tião Viana (PT-AC) disse, em Plenário, que não fez uso da informação que tinha de que a conta bancária de Francenildo Santos Costa apresentava movimentação anormal, o que levantava suspeitas de que o caseiro



Viana: “Eu não levaria adiante uma história baseada em suposições”

fora pago para acusar Antonio Palocci. Viana fez a afirmação depois de Eduardo Suplicy (PT-SP) ter revelado que era o senador acreano a quem havia se referido durante reunião da Corregedoria do Senado em que foi ouvido o depoimento do caseiro.

Na ocasião, Suplicy relatou que um senador havia lhe infor-

mado sobre rumores de que a conta bancária do caseiro apresentava movimentação anormal. Viana acrescentou que cinco pessoas haviam lhe falado sobre a existência de uma outra testemunha que poderia trazer novos dados,

mas admitiu que tal testemunha nunca apareceu.

– Eu não levaria adiante uma história baseada em suposições – assegurou Viana, dizendo não ter levado as suspeitas a Palocci.

Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, afirmou que o caso está quase que totalmente esclarecido.

Ideli repudia tentativa de associar Lula à quebra de sigilo de Francenildo

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem, em Plenário, que “uma série de interpretações, ilações e deturpações vêm sendo feitas” na tentativa de confirmar a hipótese de que o presidente da República sabia da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

A senadora disse que relatou a jornalistas, no dia 18 de março, “uma interpretação” sua sobre a reação do presidente diante da notícia de que o caseiro teria recebido depósitos de volume considerável em sua conta bancária. Segundo ela, a expressão de Lula “foi a de quem viu na matéria a explicação para o depoimento do senhor Francenildo”.



Ideli vê interesse político em distorcer a realidade para atingir o presidente

– Mas daí a concluir que o presidente saberia da quebra de sigilo vai uma infinita distância. A distância entre a realidade e o interesse político em distorcê-la para atingir Lula – declarou a líder do PT no Senado.

Osmar Dias defende fim da reeleição para presidente

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu o fim do instituto da reeleição, argumentando que o governante passa mais tempo em campanha do que exercendo de fato a Presidência da República. Na avaliação do senador, o Congresso “fez um grande mal ao país” ao aprovar a reeleição.

– O presidente da República esquece de governar e passa a atuar como candidato, já no meio do mandato – disse.

Segundo afirmou, os gastos do governo com publicidade se elevam a cada ano e as empresas distribuidoras de energia elétrica e de saneamento se tornam financiadoras do governante.

Motta aplaude candidatura de Alckmin ao Planalto

João Batista Motta (PSDB-ES) elogiou a escolha do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para concorrer ao cargo de presidente da República na eleição de 2006. Também elogiou a possível escolha de José Agripino (PFL-RN) como candidato a vice.

Ao atribuir a Alckmin uma conduta “humilde, corajosa, democrata e desenvolvimentista”, Motta o comparou ao presidente Juscelino Kubitschek, a quem associou as mesmas características de homem público.

– JK salvou o século passado quando racionalizou o país e promoveu a construção de Brasília e de estradas que levaram a nossa interiorização – comentou.

Juvêncio informa que será candidato a deputado estadual

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) anunciou ontem que será candidato a deputado estadual em Mato Grosso do Sul nas eleições deste ano, em vez de tentar a reeleição para o Senado.

– Minha decisão faz parte de uma estratégia para tomar o poder do PT em meu estado – declarou.

Em entrevista, Juvêncio explicou que tentará atuar como “puxador de votos” na eleição para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, visando beneficiar a coligação que une PMDB, PSDB e PFL em torno da candidatura de André Puccinelli para o governo daquele estado.

Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, busca o apoio de Renan e anuncia a realização de nova marcha de prefeitos a Brasília, em abril

Municípios cobram votação da reforma tributária pela Câmara

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que interceda junto à Câmara dos Deputados no sentido de agilizar a votação da reforma tributária, já aprovada pelo Senado. A matéria está tramitando há dois anos e meio na Câmara. Ele também anunciou a realização, nos dias 25, 26 e 27 de abril, da Grande Marcha dos Prefeitos Brasileiros a Brasília, que deverá reunir mais de 3 mil prefeitos.

Ziulkoski disse que Renan tem sido um amigo dos municípios. Lembrou a iniciativa do presidente do Senado ao criar a Subcomissão de Assuntos Municipais, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e a sua luta para que fosse incluído na reforma tributária o aumento de um ponto percentual – de 22,5% para 23,5% – no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), afirmou que a Confederação Nacional dos

Municípios tem total apoio do Senado Federal e que a Subcomissão de Assuntos Municipais, presidida pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), tem conseguido soluções importantes para os problemas dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Luiz Otávio acrescentou que o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), se comprometeu a marcar uma audiência com o presidente da República para a Confederação Nacional dos Municípios.



Gerardo Magela

O presidente do Senado, Renan Calheiros, teve uma pausa no embate político que dominou o Congresso Nacional, ao receber a visita de 16 candidatas ao título de Miss Brasil, entre elas a Miss Alagoas. Renan recebeu vários presentes das misses e o convite para presidir o júri do concurso, que reunirá 26 candidatas representando os estados brasileiros. A eleita concorrerá ao título de Miss Universo, concurso que será disputado na Albânia pelas representantes de vários países.

Lando divulga congresso de integração da América Latina

Amir Lando (PMDB-RO) informou em Plenário que Porto Velho sedia, hoje e amanhã, o 1º Congresso Internacional de Integração do Parlamento Latino-Americano, a ser realizado pela Assembléia Legislativa de Rondônia, por meio da Escola do Legislativo, vinculada ao Programa Interlegis. O senador destacou que esse será um momento para que o Legislativo busque soluções para o fortalecimento de vínculos dentro do continente latino-americano.

– Promover integração é tarefa para homens públicos que visam construir um amanhã de paz, progresso e qualidade de vida mais compatíveis com a raça humana – disse.

Saturnino: Brasil ganha com parceria em missão espacial

Além de possibilitar a análise dos efeitos da gravidade em objetos de pesquisas nas áreas de saúde, alimentícia e tecnológica, a participação do Brasil na expedição da agência espacial da Rússia permitirá o avanço da tecnologia brasileira em lançamento de satélites. A avaliação é de Roberto Saturnino (PT-RJ), que foi ao Cazaquistão acompanhar o lançamento da nave Soyuz TMA-8. A espaçonave tem, entre seus astronautas, o tenente-coronel Marcos Pontes.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Saturnino avaliou que a participação do Brasil pode gerar desenvolvimento tecnológico ao país.

Flexa Ribeiro elogia ampliação de fábrica da Vale do Rio Doce

A Companhia Vale do Rio Doce vai ampliar sua fábrica de óxido de alumínio – a Alumina –, localizada no Pará, informou ontem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo o parlamentar, a expansão fará com que essa unidade “se torne a maior fabricante mundial de alumina”. A Vale, destacou ele, investiu R\$ 2 bilhões na ampliação.

Flexa Ribeiro informou que já foram instaladas duas novas linhas de produção no município de Barcarena, próximo a Belém. Conforme ressaltou, “as instalações permitirão elevar a capacidade nominal de produção para 4,4 milhões de toneladas/ano”.

Sibá destaca criação de complexo petroquímico no Rio

Sibá Machado (PT-AC) anunciou que a Petrobras, com os parceiros Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Grupo Ultra, apresentou ao presidente Lula resultado de estudos para implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, entre os municípios de Itaboraí e São Gonçalo, com capacidade de produção diária de 150 mil barris de petróleo. O investimento total é da ordem de US\$ 6,5 bilhões.

A estimativa, disse, é que sejam gerados 50 mil postos de trabalho na fase de operação das gerações industriais da cadeia petroquímica e 212 mil empregos diretos e indiretos durante a construção.

Malta anuncia apoio à prisão de menor por crime hediondo

Magno Malta (PL-ES), autor de proposta que prevê a redução da maioridade para 13 anos nos casos de crimes hediondos (PEC 90/03), registrou em Plenário ter recebido muitas mensagens de apoio. Para o senador, “a impunidade é o adubo da violência”, e o menor que atentar contra a vida de qualquer pessoa deve estar sujeito aos rigores da lei.

Em resposta aos críticos, que argumentam que os menores colocados em presídios junto com marginais ficarão “piores”, Malta disse que a medida contempla a criação de presídios especializados que dêem aos presos condições de se educar e trabalhar.

Mozarildo defende agricultores da Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao Supremo Tribunal Federal que aprecie ação impetrada por ele e por Augusto Botelho (PDT-RR) no sentido de evitar a expulsão dos não-índios da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Mozarildo disse que a Polícia Federal enviou ofício ao governador de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto, pedindo o apoio da Polícia Militar do estado para garantir a ordem e viabilizar a retirada de colonos e rizicultores não-índios da área até o dia 15 de abril.

Em aparte, Augusto Botelho registrou que a maioria das 600 famílias que estão para ser retiradas da reserva são pobres que moram em casas de taipa e vivem em comunidade.

Agripino diz que governo federal persegue Sergipe

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que o governo federal persegue o estado de Sergipe, recusando-se a liberar um empréstimo solicitado pelo governador João Alves junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o parlamentar, tal perseguição se daria em razão de o governador ser filiado ao PFL.

José Agripino explicou que o empréstimo solicitado pelo governo de Sergipe tem como finalidade concluir a construção de uma ponte que trará grandes benefícios para a economia local.

Paim homenageia os que lutam em favor dos deficientes

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou todos aqueles que se empenham na luta por mais dignidade para os portadores de deficiência. Ele destacou especialmente o senador Flávio Arns (PT-PR) e homenageou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade, dedicada ao tema.

O trabalho de Arns em favor das associações de pais e amigos dos excepcionais foi enaltecido por Paim. Ele elogiou ainda o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, e os deputados Leonardo Matos e Celso Russomano.

De acordo com o senador, produtores rurais perderam R\$ 16,6 bilhões de sua renda em 2005 e precisam, agora, de um alongamento de suas dívidas

Jonas Pinheiro aponta queda de 4,7% no PIB do agronegócio

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou ontem uma análise sobre a situação do setor agropecuário, que considerou muito ruim. Segundo o parlamentar, os produtores rurais perderam R\$ 16,6 bilhões de sua renda em 2005 e precisam de um alongamento de suas dívidas.

Em função dessa queda de renda, provocada por fatores como a desvalorização do dólar e os juros altos, o produto interno bruto (PIB) da agropecuária caiu de R\$ 170 bilhões, em 2004, para R\$ 153 bilhões em 2005, uma redução de 9,8%. A safra de grãos e de fibras, por exemplo, estava prevista para atingir 123 milhões de toneladas, mas não passou de 113 milhões. Além disso, a maior parte dos produtos agropecuários estaria sendo comercializada por



Jonas Pinheiro propõe medidas urgentes para que o setor rural supere a crise

um preço menor que o do custo da produção, como o algodão (38,4% abaixo), o arroz irrigado (44%), o trigo (102,3%) e a soja (24,3%). De acordo com o senador, o PIB do agronegócio caiu 4,7%, com redução de R\$ 26,3 bilhões da renda nacional.

Jonas Pinheiro apresentou uma série de propostas para “reduzir os

efeitos nefastos da crise” elaboradas pelas entidades representativas do setor, coordenadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA): alongar em até dez anos, com dois de carência, o prazo para pagamento das parcelas dos financiamentos de custeio e investimento; prorrogar o prazo de pagamento das parcelas das dívidas já securitizadas (garantidas) e alongadas pelo Plano Especial de Saneamento de Ativos (Pesa); e prorrogar também o prazo para pagamento dos financiamentos pecuários e o limite de financiamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

– Essas medidas emergenciais vão permitir que o setor rural brasileiro possa atravessar esse momento de dificuldade com certa dignidade – disse o senador.

Mão Santa: Lula é a maior praga da agricultura

Em pronunciamento feito ontem, o senador Mão Santa (PMDB-PI) qualificou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como “a maior praga da agricultura”. Ele se referia ao veto do presidente da República ao projeto de lei aprovado no começo do ano que tratava da renegociação das dívidas dos produtores rurais da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Mão Santa conclamou os parlamentares a derrubarem o veto, argumentando que o campo deveria ser prioridade para o país, uma



Mão Santa critica veto do presidente ao projeto que renegocia dívidas rurais

vez que o setor vem sustentando as taxas de crescimento do produto interno bruto e o equilíbrio da balança comercial nos últimos anos. Agora, no entanto, disse o

senador, o agronegócio vive uma crise sem precedentes por conta de fatores como a política cambial e de preços na origem.

– O litro do leite está a 35 centavos, mas a água mineral Perrier da camarilha do presidente custa seis ou sete reais – protestou.

O representante piauiense acrescentou que os pequenos produtores rurais são pobres, dizendo que eles não têm um Paulo Okamoto (presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae) para lhes pagar dívidas, “conforme acontece com Lula”.

Aelton alerta para crise da pecuária leiteira de Minas

Aelton Freitas (PL-MG) fez um apelo ao governo para que dê atenção à crise da pecuária leiteira no estado de Minas Gerais, que afeta principalmente os pequenos e médios produtores, e ouça os representantes da categoria. Segundo o senador, o estado é responsável por 30% da produção nacional de leite.

Entre as principais dificuldades, Aelton citou a desvaloriza-



Segundo Aelton, estado é responsável por 30% da produção nacional de leite

ção do produto no mercado e exemplificou informando que o leite tipo C está com o preço mais baixo dos últimos sete anos. Ele lembrou que o setor foi afetado, na última década, pela mecanização e interdependência da economia mundial,

que gerou uma situação de extrema competitividade.

O que o produtor precisa hoje, avalia o senador, é de socorro adequado, como estímulo ao cooperativismo, assistência técnica regular e introdução de políticas públicas específicas, como empréstimos a baixos custos e em condições favoráveis, programas de incentivos governamentais e mecanismos reguladores de preços e de estoque. Ele sugeriu ainda a diversificação da produção, com assistência técnica que possibilite o investimento em novas atividades produtivas.

Valadares cobra ações para combater a seca no Nordeste

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou do presidente Lula e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a intensificação dos esforços governamentais para o atendimento das populações de cidades nordestinas atingidas pela seca.

O senador pediu atenção para várias cidades de seu estado e ressaltou que na região de Boquim – município produtor de laranja – há desemprego generalizado pelo agravamento da estiagem.

– Há necessidade de o governo vir em socorro dessas populações. E não apenas estabelecendo a distribuição de água com carrossa, mas também com a distribuição de cestas básicas, pois muitos estão passando fome.

Leonel Pavan pede repasses da Lei Kandir

Leonel Pavan (PSDB-SC) reclamou do governo federal uma solução para o repasse de recursos orçamentários de 2006 previstos para a compensação aos estados e municípios exportadores, em decorrência de perdas causadas pela Lei Kandir.

Segundo ele, os repasses ainda não foram feitos devido à demora do governo em encontrar solução para a votação da lei orçamentária, que, sob impasse, conforme disse Pavan, aguarda votação na Comissão Mista de Orçamento.

– Enquanto isso, a dívida da União com esses estados e municípios vai aumentando – advertiu.

Heráclito quer suas emendas atendidas no Orçamento

Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do governo federal o atendimento de suas emendas individuais apresentadas ao Orçamento da União de 2006. Entre as emendas propostas pelo senador encontram-se uma de R\$ 15 milhões, para a reativação da rodovia que liga Teresina a Parnaíba (PI), e outra destinada à aquisição de plataformas de incêndio para o Corpo de Bombeiros de Teresina.

Ao reclamar do uso político de emendas suas ao Orçamento de 2005, Heráclito pediu o apoio dos senadores Mão Santa e Alberto Silva, ambos do PMDB do Piauí, para que os recursos previstos em suas emendas sejam liberados.

Discursos põem em relevo esforço pela reforma do Judiciário, combate ao nepotismo e fim de supersalários de juízes entre as ações do presidente do STF

Senadores exaltam contribuição de Jobim ao país

O Senado homenageou na manhã de ontem, em sessão especial, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, em seu último dia de trabalho na corte. Compareceram à sessão, conduzida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, os presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vantuil Abdala, além de membros dos principais tribunais. Tam-

bém esteve presente a ministra Ellen Gracie, que sucede Jobim na presidência do STF.

Com maciça participação dos senadores e de muitos deputados, a homenagem trouxe ainda ao Senado o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, autoridades do Executivo, embaixadores, juristas, familiares e amigos de Jobim. A iniciativa da sessão foi de Antonio Carlos Magalhães e Aloizio Mercadante.

Advogado e professor universitário, o homenageado foi deputado federal por dois mandatos (1987 a 1995) pelo Rio Grande do Sul. Nascido em Santa Maria, teve participação ativa na luta pela redemocratização do país, na elaboração da Constituição de 1988 e na criação do Conselho Nacional de Justiça. Comandou o Ministério da Justiça no governo Fernando Henrique, por quem foi indicado, em 1997, para compor o STF.

Parlamentares devem resolver seus problemas internamente, diz ministro

Na saudação a Nelson Jobim, o senador Antonio Carlos Magalhães lembrou a participação do ministro na reforma do Judiciário, o que resultou, segundo disse, “no grande avanço” que representa a criação do Conselho Nacional de Justiça, que deverá aperfeiçoar o Poder Judiciário do país.

– Se dissesse que, no STF só fez acertar, não estaria representando o consenso dos senadores. Mas todos concordarão que deu grandeza àquela corte.

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o homenageado afasta-se da magistratura tendo como perspectiva voltar a militar na vida política.

Segundo o parlamentar, à frente do Conselho Nacional de Justiça, Jobim adotou resoluções corajosas e, como chefe do Poder Judiciário, buscou encontrar uma saída equilibrada para o grave problema dos precatórios.

A seu ver, o período em que o ministro presidiu o STF “significou a afirmação da autoridade da Suprema Corte, quanto ao controle dos atos processuais legislativos”.

Fernando Bezerra (PTB-RN) destacou, entre os momentos marcantes da atuação do ministro, o combate ao nepotismo e o estímulo à interação do cidadão com as instâncias judiciárias. José Jorge (PFL-PE) enfatizou que, trabalhando com Jobim quando ambos eram deputados, pôde constatar a competência do colega e amigo, na sua opinião um dos mais preparados da Câmara.

Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o período em que o jurista exerceu as funções de ministro do STF veio confirmar o acerto da sua indicação. Pedro Simon (PMDB-RS) salientou que o resultado mais importante da atuação de Jobim no Supremo foi a modernização do Judiciário, simbolizada no



Renan, entre Rebelo, Jobim e Ellen Gracie, diz que Poderes devem fazer sua parte dentro dos limites de sua competência constitucional

Conselho Nacional de Justiça, no combate ao nepotismo e na fixação de um teto para extinguir os supersalários.

Verticalização

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), três realizações recentes marcaram a atuação do ministro à frente do STF: a decisão sobre a vigência da verticalização, “o golpe de morte no nepotismo” e o impulso na reforma do Judiciário. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse esperar, como gaúcho, que Jobim possa, agora, dedicar-se um pouco mais ao estado do Rio Grande do Sul e à sua população.

José Sarney (PMDB-AP) afirmou que poucas vezes encontrou em um homem as virtudes que reconhece em Jobim, sempre preocupado com o país. Como advogado, salientou, ele teve uma carreira notável; e como político, uma passagem brilhante pela Câmara. Paulo Paim (PT-RS) incluiu o nome de Jobim na relação de constituintes que considera de maior expressão, como Mário Covas e Bernardo Cabral, e disse que o Supremo perde com a ausência de Jobim, mas que o Brasil e o Rio Grande do Sul ganham com

a sua volta à vida política.

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o ministro sempre brilhou e se destacou em todas as atividades que desempenhou, como parlamentar e como integrante do Judiciário. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que os brasileiros já aprenderam a admirar o jurista, por sua competência e pelo seu comprometimento com o país.

Sibá Machado (PT-AC) ressaltou que tem uma forte lembrança do homenageado, da época em que, deputado federal, Jobim ajudou a elaborar a Constituição de 1988. Magno Malta (PL-ES) destacou a humildade e a sinceridade como as qualidades pessoais mais importantes do jurista.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou a carreira política e jurídica de Jobim e destacou o apoio que ele deu ao Senado no exame da reforma do Judiciário. José Agripino (PFL-RN) disse que, pelo temperamento forte e posições claras, o ministro despertou paixões e ódios ao longo de sua vida pública, mas sempre a conduziu com êxito, como no momento em que ocupou a relatoria

da revisão constitucional.

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, disse que o homenageado representa bem as qualidades regionais de seu estado, o Rio Grande do Sul, em especial a coragem, o amor à aventura e, sobretudo, o respeito à honra.

Rebelo assinalou que Jobim sempre soube diferenciar o fato importante daquele sem relevância, qualidade que, conforme acentuou, o ajudou no desempenho de suas funções.

Conflitos

Ao receber a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional, o então presidente do STF afirmou que a homenagem não se devia a um homem, mas ao “reconhecimento do Senado ao tribunal maior do país, à corte constitucional brasileira”. Jobim pediu aos parlamentares que resolvam seus problemas internamente e deixem o Judiciário trabalhar com as questões relativas à Constituição e à legalidade.

– Aqueles que não têm condições de esgotar e superar suas dissidências e dificuldades e apelam a terceiros não merecem

consideração. Merecem, sim, ser lembrados que estão renunciando àquilo que a República lhes impôs: solucionar os problemas dentro das casas legislativas, sem a necessidade absoluta da intervenção de outras casas que têm outros paradigmas no processo decisório que não o paradigma político da conveniência.

O ministro observou que, se o Supremo tomou decisões em relação ao Congresso Nacional, e especialmente ao funcionamento das CPIs, não permitindo alguns depoimentos, foi porque parlamentares procuraram o tribunal.

Por sua vez, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que é preciso “preservar, acima das divergências eventuais, a autonomia e harmonia entre os Poderes; para isso, todos os Poderes precisam fazer sua parte dentro dos limites de sua competência constitucional”.

Neste momento de crise política, prosseguiu, não se pode desviar do verdadeiro foco do desenvolvimento econômico e da justiça social. Acrescentou que é necessário, acima dos interesses políticos imediatos, exercitar a defesa da ética e da democracia.

Renan considerou uma honra ter a oportunidade de prestar “merecida homenagem a um dos nomes mais ilustres da nossa magistratura, que se despede do Supremo Tribunal Federal no vigor de sua capacidade intelectual”.

Protesto

Em discurso na sessão da tarde, Almeida Lima (PMDB-SE) protestou contra a homenagem prestada ao ministro do STF.

Almeida Lima, que não compareceu à sessão solene, disse que a ingerência política atribuída a Jobim pôde ser constatada pelas liminares que o STF passou a deferir contra atos das comissões parlamentares de inquérito que apuram corrupção no governo.